

Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Marisa de Fátima Lomba de Farias¹

Introdução: para compreender o contexto e o lugar de onde emergem as reflexões

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta um número significativo de assentamentos de reforma agrária, computa-se mais de 186 efetivados até novembro de 2010², nos quais desenvolvo pesquisas desde os anos de 1990. Tais pesquisas são financiadas por alguns órgãos de fomento, como CNPq, FUNDECT, além da própria UFGD,³ e contam com a participação de diversos/as pesquisadores/as e acadêmicos/as da instituição. Esses/as formam equipes que se deslocam frequentemente aos assentamentos.⁴

Tal processo criou perspectivas para o desenvolvimento de pesquisa-ação e ampliou, sobremaneira, o conhecimento acerca do modo de vida nesse novo lugar, procurado pelas famílias como moradia de sossego, no qual é possível criarem seus/as filhos/as com mais qualidade de vida e com dignidade.

Nesses anos de pesquisa, procurei caracterizar o vivido social das famílias, com um olhar para as relações de gênero, em especial para compreender a vida das mulheres. Este vivido se orienta por um processo de definições das representações sociais impregnadas de manifestações culturais e de modo de vida rural e urbano, delineando especificidades às relações sociais e aos projetos familiares.

¹Doutora em Sociologia. Professora da UFGD, Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, sob a tutoria da Profa. Dra. Joana Maria Pedro, com bolsa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

²Desses assentamentos, 178 foram criados pelo INCRA e 8 pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Fonte: Divisão de Obtenção de Terras/ SIPRA/ Maristela, 11/11/2010.

³Universidade Federal da Grande Dourados.

⁴Durante esse período, muitos documentos foram organizados, dados foram compilados e estão arquivados no Laboratório de Estudos de Fronteiras (LEF), do qual sou coordenadora. Essas estão disponíveis a outros/as pesquisadores/as. Projetos em andamento atualmente: Mulheres: Relações de Gênero e de Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária Guaçu e Santa Rosa no Município de Itaquiraí-MS (UFGD/CNPq-Coordenação), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/UFGD/PRONERA: a Metodologia da Alternância na Formação de Educadores/as Sociais do Campo (UFGD/CNPq/Participação), além de ações de extensão que ocorrem concomitantemente através da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da UFGD, financiados pelo CNPq, MDS, MEC e FINEP.

Esta escolha não ocorreu aleatoriamente, ela surgiu de observações da participação de mulheres no processo de luta pela terra – nos acampamentos – e no processo de luta na terra – nos assentamentos. Constatou-se a presença de mulheres nos dois momentos da luta. Porém, elas vivem múltiplas dificuldades, somadas aos problemas mais gerais, principalmente, diante do desejo de terem uma vida de fartura, nem sempre possível ao se depararem com obstáculos no processo produtivo.

As mulheres e os homens são do campo e da cidade, são *caminhantes* que aspiram uma vida de fartura, de sossego e de reconhecimento do seu modo de vida, que reflete trajetórias marcadas por idas e vindas, cuja terra se coloca como um horizonte possível.

Quando a terra se transforma em uma aspiração, as famílias passam a lutar por ela com mais afinco e, de modo geral, envolvem-se em movimentos sociais com orientações políticas e ideológicas diversas. Trata-se de um espaço comunicativo onde estas famílias reconsideram seus projetos familiares, em um movimento entre permanências e mudanças de valores, de crenças e de ideologias. Assim, as representações se estruturam e imprimem significados à terra de trabalho e de moradia, bem como às relações de gênero. (TORRENS: 1994).

Em minha trajetória de pesquisa, mantive constantes contatos com essas famílias e também com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), colaborando por meio de realização de cursos em acampamentos e assentamentos. De tal processo, resultaram novos conhecimentos, como também a ampliação da interação entre pesquisadora e famílias que participam do Movimento, a concretização do PRONERA⁵, dentre outros. As pesquisas nos assentamentos expandem constantemente a minha convivência com as famílias e, principalmente, com as mulheres.

A partir de então, venho ampliando as análises sobre o MST no estado de Mato Grosso do Sul, no que refere à presença das categorias de análise: “feminismo”, “mulher”, “mulheres”, “relações de gênero”, em seus documentos. Nestes constam as orientações ideológicas e políticas para a “luta pela terra” e, ainda, como seus militantes

⁵Curso de Licenciatura em Ciências Sociais voltado para a população dos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, em andamento na UFGD.

– homens e mulheres – se apropriam dessas categorias, orientando sua prática na relação com as famílias no processo de “luta pela terra e de luta na terra”.⁶

Desse modo, meu olhar se voltou para a participação das mulheres nesta “luta”, com o intuito de compreender quais são os conflitos de gênero e como alguns princípios de orientação do MST relativos ao gênero – registrados em seus documentos e orientadores de seus cursos de formação – são incorporados ou negados por essas pessoas. Essas constatações estão diluídas em minha produção teórica e nos conhecimentos que construí até então.

No texto ora apresentado delimitarei as considerações para a presença de mulheres no MST e as interfaces de gênero intrínsecas aos princípios e organização política deste movimento social, registrando considerações acerca da análise de algumas fontes escritas.

O MST e a presença resistente de mulheres: um olhar a partir de constatações da pesquisa desenvolvida

Os movimentos sociais buscam corresponder aos anseios das famílias que lideram, enfrentando relações que não estão isentas de conflitos, pois passam pela construção de novas identidades, novos saberes e regras de comportamento e podem, muitas vezes, distanciar os sujeitos de suas experiências anteriores e do modo de vida construído em longas trajetórias de idas e vindas. As relações, os conflitos diários, os/as parceiros/as da luta e a visão de futuro passam por novas influências, alterando as experiências pessoais e coletivas.

As relações são criadas e recriadas nos movimentos sociais em um processo de aceitação, mas também de resistência frente à orientação da “luta pela terra”. Isto porque não há uma linearidade nos processos de mediação, bem como de aceitação incondicional de tais linhas de orientação por parte das famílias. O processo de mediação e a constituição dos vários grupos mediadores passam por descontínuos caminhos permeados por conflitos, tensões, mas também por alianças, em um campo de lutas e concepções político-ideológicas diversas.

⁶A pesquisa desenvolvida no Estágio de Pós-Doutorado (CNPq) intitula-se: Mulheres e Feminismos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado de Mato Grosso do Sul (1990-2010), iniciou-se em outubro de 2010, com vigência de 12 meses. Para a escrita deste texto, utilizei documentos coletados de dezembro/2010 a março/2011, e optei, neste momento, apenas pelas fontes escritas. Na pesquisa, utilizamos também as fontes orais.

Tanto que, no contexto estadual, não há somente o MST como mediador entre os movimentos sociais em prol da reforma agrária. Ele é apenas um deles. Existem outros, muitos deles, nascidos no cenário nacional na década de 1980, são incentivados pela denúncia e pelo rompimento com uma ordem autoritária marcada pelo regime militar.⁷

Alguns nasceram primeiro, como é o caso da CPT, outros depois, como o MST e o DETR da CUT. Porém, não podemos nos esquecer dos inúmeros processos de organização de diversas categorias de trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários que resistiram e enfrentaram a expropriação e a dominação exercidas pelo capital no campo, na década de 1970. Lembramos também das ligas camponesas na década de 1960. Esses Movimentos colaboraram na gestação de lutas pela reforma agrária, tanto diretamente nas ações das quais temos documentos escritos, quanto na memória social que contribuiu para a permanência e a reconstrução da experiência dos sujeitos sociais.

Porém, no contexto dessa autonomia conquistada pelos movimentos, nos deparamos igualmente com situações contraditórias entre princípios de organização, valores e ideologias que perpassam o cotidiano das mobilizações. Muitos princípios demonstram respeito à pluralidade, aos diferentes valores e modos de vida, mas nem sempre isso ocorre de modo concreto.

Muitas disputas são pautadas em concepções diferentes que orientam as ações para o alcance do projeto de sociedade desejado. Princípios que poderiam gerar novos saberes e contra-ideologias em diversos campos, como o de gênero – interesse maior neste momento – cumprem a função de reprodução de modelos e comportamentos estruturados na divisão sexual do trabalho, na hierarquização entre mulheres e homens na esfera decisória, intensificando-se, assim, as desigualdades de gênero e as relações de poder.

Outrossim, os movimentos sociais perdem a oportunidade de criação de novas formas de relações de gênero e fragilizam a chance de construção de amplas ações entre sujeitos políticos na “luta pela terra e na terra”, de modo fraternal, crítico e construtivo de uma realidade social transformada, com respeito às expressões das diversas identidades constituídas nas relações de alteridade e diversidade.

⁷Dentre os principais estão FETAGRI (Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul), CUT/DETR (Central Única dos Trabalhadores/Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais), FAF (Federação da Agricultura Familiar), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas).

Estamos em presença de conflitos e contradições que compõem o quadro geral de estruturação dos princípios de organização dos mediadores. Muitas vezes, as regras estabelecidas são incoerentes frente às experiências das mulheres e homens, integrantes dos grupos, o que resulta em resistências e desistências, pois as expectativas ficam frustradas.

Conforme Martins, os movimentos sociais podem comprometer consideravelmente sua “novidade e criatividade”, passando a compor um conjunto de organizações, até mesmo “[...] agressivas, autoritárias e intolerantes, com burocracia própria, bloqueando o espaço para novos e autênticos movimentos sociais.” (MARTINS: 2000: 79-80).

O MST convive com tais dificuldades e perspectivas de modo dialético, haja vista que apresenta permanências e mudanças de valores e de ideologias em um “movimento” de tensão interna perante os conflitos cotidianos e a participação de milhares de militantes. Mulheres e homens apresentam suas insatisfações e seus desejos, como também incentivam a mudança de rumos e a inovação de estratégias e princípios que poderão corresponder à diversidade etnoracial, aos interesses de classe e de gênero.

Em Mato Grosso do Sul (MS), o MST lidera os principais e mais combativos acampamentos desde os anos de 1990 e pouco a pouco foi ganhando espaço na mídia, como também respeito entre os sem-terra, chegando a liderar o maior acampamento do Brasil, no ano de 1997, acampamento “8 de março”, em Itaquiraí-MS. Este movimento social continua atuando no Estado com importância e com capacidade de organização de famílias que continuam “montando as cidades de lona”. Atualmente,⁸ é responsável por um importante acampamento – Antonio Irmão – formado por cerca de 600 famílias brasiguaias às margens da BR 163 (Itaquiraí-MS).

Assim, a atuação do MST, também no MS, privilegia a formação de acampamentos, bem como o acompanhamento das famílias para a permanência nos assentamentos. Nestes casos, inicia, a priori, a organização dessas famílias, por meio de esclarecimentos quanto às formas de produção, incentivando as ações coletivas e não as individuais. Orienta-se a aprendizagem das formas organizativas do MST, o acompanhamento de estratégias e os princípios da coordenação nacional.

⁸ Ano de 2011. O acampamento foi formado no primeiro semestre de 2010.

Para tanto, permanecem, no MS, lideranças da coordenação nacional que participam e apoiam direta e indiretamente a organização do MST no Estado, além de que muitas outras lideranças se destacam nas mobilizações e no enfrentamento com o governo e com grupos contrários à efetivação da Reforma Agrária. Muitas dessas lideranças são jovens e iniciaram a participação política no acampamento ao acompanharem suas famílias. Outras vêm de vários estados do Brasil e colaboram na organização das ações, evidenciando as experiências positivas de distintas regiões, principalmente as do sul do país. As mulheres fazem parte desses grupos em todo o Estado.

Sem dúvida, no Mato Grosso do Sul, este é o mediador que mantém formas de estratégia e de enfrentamento mais radicais com o governo e o latifúndio, efetivando ocupações não somente à beira de estradas, mas adentrando as fazendas. O MST mostra uma preocupação fundamental de interligação entre os acampamentos – espaços-tempos transitórios – e os assentamentos – espaços-tempos de conflitos e reconstruções. Nestes as famílias deverão se reorganizar para enfrentarem as dificuldades de permanência na terra, sem, no entanto, deixar de pensar na “luta pela terra” que se inicia ou continua para as outras pessoas que permanecem nos acampamentos.

A participação de mulheres em todas as ações do MST no estado de Mato Grosso do Sul é expressiva e qualitativa. Muitas estão na “linha de frente” em mobilizações e em todas as formas de atuação, desde os acampamentos até os assentamentos, e também nos setores influenciando as decisões, criando campos de resistência. Segundo elas, não é uma tarefa fácil, pois vivenciam e denunciam formas simbólicas de violência, discriminação e desvalorização de sua participação, mesmo apreciando os princípios de igualdade de gênero que compõem o discurso em documentos do Movimento.

Fato que corrobora para a constatação de continuidade e de reprodução de modelos e de relações de gênero historicamente construídas pela desqualificação da participação das mulheres nos espaços públicos e decisórios, fortalecendo sua responsabilidade com o espaço intrafamiliar.

As mulheres militantes do MST são protagonistas em diversos âmbitos sociais e em períodos históricos, seja no espaço privado seja no público – que se relacionam e não podem ser considerados de modo dicotômico. Atuam de modo dinâmico e como referência importante nos processos de reprodução familiar e social, mesmo sabendo

que este papel não foi reconhecido de modo legítimo, especialmente no campo dos registros e produções teóricas. Isso porque, estamos falando de uma história escrita entre olhares e dominação masculina, o que dificultou a visibilidade da participação das mulheres.

Por conseguinte, no interior do MST, as mulheres militantes diretas ou não⁹ continuam a criar mecanismos de resistências para além da “luta pela terra e na terra”. Insistem em demonstrar o desejo e os esforços para se libertarem das amarras ideológicas de exploração-dominação de gênero. Bem sabemos que nem sempre as formas e direcionamentos são racionalizados e visíveis, mas, em seu cotidiano, essas mulheres assimilam e se apropriam de “ideias” feministas sem mesmo definirem-nas. À medida que se indignam e não se conformam com a desigualdade, estão criando e recriando formas inéditas e históricas de resistências feministas, diante de especificidades históricas e culturais no estado de Mato Grosso do Sul que criam bloqueios e perspectivas ao mesmo tempo.

Até o momento, é possível dizer que o MST, longe de ser linear, compõe o cenário de histórias concretas que se constroem no “movimento do real”, entrecortadas por relações de expropriação e de dominação em três dimensões da vida no processo de “luta pela terra e na terra”: a de classe, a de gênero, e a étnica/racial, que influenciam a estruturação de representações de gênero.

São concepções implicadas em outras situações, ou seja, na influência de tais representações no cotidiano de dirigentes, militantes e pessoas comuns que formam este Movimento. Neste estão impregnadas as *marcas* das pessoas e *leva* as suas marcas de alegrias e de tristezas, de completude e de incompletude, de significados e de falta de explicação. Por isso, nem sempre há uma influência visível das perspectivas de gênero nas concepções que orientam a prática cotidiana do MST, principalmente voltadas às mulheres incentivando-as a pensarem o conjunto de significações, referente a um passado não somente seu, mas pertencente a outras gerações, a outros grupos; imagens que as aproximem de outras mulheres e de outros homens.

Nesse sentido, expressões, manifestações, sentimentos, o vivido das mulheres e as suas existências, se instituíram também no interior do MST. Trata-se de um processo

⁹ Muitas mulheres participam do MST e fazem parte dos setores, e ainda estão em manifestações, reuniões, ocupações, dentre outras atividades. Outras mulheres pouco saem de seus assentamentos, mas se autoidentificam como participantes do MST.

dialético em que entendem a si mesmas e os outros em um espaço social de conflitos, mas rico em possibilidades de construção de modos de resistência, em que se alicerçam antigas relações ou se reconstróem outras.

Essas mulheres escrevem sua própria história, assimilando, mas também modificando aspectos da realidade. Nesse sentido, elas compõem uma experiência viva em sua existência, revelada por meio das manifestações culturais, das relações sociais, das escolhas – na verdade, são opções por valores –, expressas em seu cotidiano. Dá-se, assim, lugar a um conjunto de *conhecimentos vivido* que se projeta para o futuro na composição da consciência e nas ações do MST, mesmo que tais ações não recebam a valorização necessária.

Nesta trajetória de reivindicação pela terra liderada pelo MST, as famílias apresentam configurações ambíguas, que vão desde princípios da dominação patriarcal – intrínsecos às esferas sociais: da família às instituições mais amplas – até formas de resistência e rupturas de padrões e modelos instituídos social e historicamente.

Percebe-se a dominação patriarcal mais concretamente no que tange à propriedade da terra e às responsabilidades a ela referentes, que estão condicionadas, de fato, ao homem, haja vista o baixo índice de mulheres titulares de lote e a prevalência da identificação do homem como responsável direto pelo lote¹⁰. Essa dominação se alicerça no sentido de propriedade da terra e se estende às outras dimensões da vida, especialmente nas relações interpessoais e de gênero, como também no controle sobre os corpos e desejos femininos nos espaços da casa e fora dela e nos princípios do MST.

Várias mulheres expressam o desejo de participar da vida em suas variadas dimensões, decidir sobre os rumos do projeto familiar, que contempla o circuito da produção/trabalho/direitos, assim como o da vida social mais ampla e dos espaços políticos de decisão, também no interior do MST. Portanto, no patriarcado há ações dos dois lados: da mesma forma que há o poder e a dominação de homens alicerçados no controle sobre as mulheres, há outro poder, que se gesta mediante as formas de resistência, a resistência dessas mulheres.

Por outro lado, as resistências são observadas nas novas organizações coletivas de trabalho das mulheres que, pouco a pouco, se constituem nos assentamentos como

¹⁰ Afirmação orientada pelas pesquisas desenvolvidas, nas quais observamos quem “é a pessoas titular do lote”.

modos de questionamento da falta de espaço político e decisório. As mulheres ocupam o âmbito da produção agropecuária alterando lógicas e modelos. Além disso, a participação das mulheres nas instâncias de organização do MST vem se ampliando gradativamente como o resultado de resistências e criação de mecanismos de questionamento da dominação masculina no interior do Movimento.

As mulheres desejam participar do controle sobre a propriedade da terra, que gera uma influência significativa sobre as diversas decisões no processo de organização da produção. Este fato permite, a elas, decidirem acerca da utilização dos benefícios que dela advirem, de modo a promover uma autonomia econômica e aumentar seu poder de barganha.

É importante salientar o avanço conquistado com as mudanças na legislação relativas à posse da terra (LOPES; BUTTO: 2008; DEERE: 2004). Porém, o padrão de dominação masculina continua mediatizando as relações. Tal dominação é observada na estruturação dos espaços, na organização da casa com suas divisões, assim como na oposição entre a casa e a roça, nas diferentes tarefas atribuídas aos homens e mulheres e aos meninos e meninas, acima de tudo com valores sociais diferenciados, ou seja, com contribuição considerada desigual no núcleo familiar. E a dominação masculina ainda se apresenta, sobretudo, no controle do corpo, nos comportamentos permitidos e reprimidos, enfim, nos “padrões impostos de ser homem e de ser mulher”. (BOURDIEU: 1995).

Quanto aos mediadores, a dominação masculina também ocorre. Em sua organização interna, o MST procura construir práticas mais igualitárias, como, por exemplo, busca manter um equilíbrio – mais teórico do que prático – entre a participação de homens e de mulheres nas instâncias de decisão. Entretanto, mantém seus principais objetivos direcionados para a conquista de direitos no que tange ao trabalho coletivo, ao cooperativismo, ou seja, suas metas estão vinculadas, com maior intensidade, à produção, ao questionamento do agronegócio e aos financiamentos, dentre outros.

Os objetivos específicos relativos às necessidades e aos dilemas de gênero enfrentados pelas mulheres na sociedade e no interior do próprio Movimento são menos destacados. Eles não aparecem como princípios relevantes e direcionadores da conquista da sociedade socialista, almejada pelo MST e seus/as militantes.

Esse cenário cria dificuldades para a participação das mulheres e reforça a dominação patriarcal. À medida que apresenta bloqueios para a formação de opiniões diferenciadas, impede a criação de espaços nos quais as mulheres possam discutir seus problemas e gestar, com outros homens e outras mulheres, relações de igualdade, ou ao menos, com maior simetria.

Percebemos, neste cenário, a importância do gênero como categoria de análise. Como demonstra Scott (1990), gênero consiste em uma categoria histórica. A autora compreende os comportamentos de mulheres e homens constituídos por identidades de gênero, desconstruindo a concepção de que tal constituição ocorre pelo sexo, como uma questão biológica descontextualizada de experiências e culturas. Portanto, as identidades de gênero se instituem influenciadas pela cultura, por relações de poder e por representações, enfim, por múltiplas experiências e trajetórias de vida.

A emergência do conceito de gênero é resultado do processo histórico de reivindicações dos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, ou seja, a busca por conquistar direitos em diversos âmbitos da sociedade. (PEDRO: 2005, 78; 2006; 2008).

As discussões sobre gênero se ampliaram no interior dos movimentos feministas influenciadas, inclusive, pelas transformações das orientações teóricas e das práticas do feminismo passando pelo “movimento” das “três ondas”, conforme Pedro (2005). O feminismo inicia o uso do gênero para explicitar que as identidades de gênero definem os gostos, os comportamentos, os sentimentos masculinos e femininos, não havendo uma coincidência com o sexo/características anatômicas.

E ainda, o gênero surge para o feminismo quando passa a pautar as discussões para explicar/questionar/superar a condição de inferiorização e subordinação para a qual as mulheres, historicamente, foram direcionadas e condicionadas – com resistências cotidianas.

Como o gênero é constituído por relações sociais envolvidas permanentemente por relações de poder, então, não é uma condição (pré) determinada pelo sexo, mas relaciona-se, de modo múltiplo e tenso, a outros conceitos e perspectivas, como já foi dito. Deve ser concebido como representação e autorrepresentação incentivadas e geradas por práticas cotidianas, discursos, e também pela mídia, tanto que pode ser uma construção positiva ou negativa. Nessa construção do conceito, podemos dizer que

gênero não é uma propriedade dos corpos e das mentes, não existe *a priori*; existe mediante efeitos produzidos nestes corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e nas representações. (SCOTT: 1990, 2005; LAURETIS: 1994).

A aceitação e/ou rejeição desses valores se estende aos militantes e às famílias que fazem parte do MST, quando a representação assume uma conotação falsa e verdadeira ao mesmo tempo. Falsa porque não consegue atender e corresponder ao que supõe, pois dissimula as finalidades reais dos diferentes projetos socialmente aceitos para um e para outro. E verdadeira por agregar as relações, reforçando os limites e o bloqueio a um tempo futuro. No entanto, as pesquisas podem surpreender outros valores tecidos de representações que abrem espaço para o desvelamento das construções que dominam, de modo a “desnudar” tais relações, abrindo-se para a exploração do *possível*. (LEFEBVRE: 1983).

As representações, neste sentido, estão no interior das práticas sociais. Não é necessário ou possível delimitar uma rígida separação entre as duas dimensões – falsa e verdadeira –, pois os sujeitos sociais vivem movimentos de justaposição entre ambas, ou seja, as representações saem da luta abstrata e se incorporam na vida concreta, nas práticas sociais e simbólicas, no vivido de cada homem e mulher.

Assim sendo, a reflexão teórica sobre as representações sociais demonstra que estas estruturam as relações sociais e sustentam as formas de domínio, mas, também, permitem sonhar e imaginar. A relação entre as duas perspectivas – dominação e transformação – possibilita chegar ao possível, a uma construção qualitativa das relações de gênero, negando aquelas representações que ocultam/bloqueiam a história e cerceiam a capacidade de resistência à dominação de variadas formas.

Desse modo, é importante pensar a mudança social a partir das pessoas que formam o MST, em especial as mulheres, as quais podem colaborar para a manutenção de princípios ou para a sua transformação, que, em determinadas situações, conduzem à resistência ou à adaptação.

O que nos dizem alguns documentos analisados

As fontes escritas são, prioritariamente, as originais do MST que as produz desde o seu surgimento e nelas demonstram os princípios ideológicos e políticos orientadores de suas ações em prol de liderar a organização de milhares de pessoas, por meio da Frente de Massa, com vistas à conquista da terra.

Para além desse momento, outras formas de organização são empreendidas, tais como no período do acampamento, na chegada e permanência na terra, para o acesso aos financiamentos, dentre outras. Enfim, empreendem ações diversas com um objetivo mais amplo: a formação política para a construção da sociedade socialista. O MST define seus objetivos: “Desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.” (www.mst.org.br).

Os documentos do MST demonstram este objetivo mais amplo em diversos materiais, desde livros, O Jornal Sem Terra (com mil tiragens), Revista Sem Terra, panfletos de divulgação, cartilhas, artigos, até no seu *site*, que divulgam informações e conhecimentos aos/às militantes. Tais documentos são utilizados em cursos de formação nos acampamentos e assentamentos, como também em suas escolas espalhadas pelo país, em cursos realizados em parcerias com outras instituições, como, por exemplo, o PRONERA, ou, na principal escola, a Florestan Fernandes. Ou seja, são fundamentais para o processo educativo e de formação de novos/as militantes.

No estado de Mato Grosso do Sul não é diferente, o MST se apresenta organizado e acompanha a mesma estrutura e princípios. No entanto, o montante maior de documentos encontra-se em arquivos na Secretaria Estadual em Campo Grande, capital do Estado.

Vale mencionar o documento Boletim Especial: “Jornadas de Lutas das Mulheres Camponesas”, disponível no site do MST, no qual constam informações sobre a comemoração dos 100 anos de criação do Dia de Luta das Mulheres Trabalhadoras. Segundo esse documento, as mulheres (no plural) se autodenominam como “campesinas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e sem terra”, conforme podemos notar na reprodução do documento abaixo:

Nós, mulheres campesinas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e sem terra, neste mês de Março – em que comemoramos os 100 anos da criação do Dia de Luta das Mulheres Trabalhadoras - denunciemos a extrema gravidade da situação do campo brasileiro. Não nos subordinaremos a este modelo capitalista e patriarcal de sociedade, concentrador de poder, de terras e de riquezas. Estamos mobilizadas para enfrentar a crise política, econômica, social e ambiental, criada pelas elites que controlam o Estado brasileiro: o capital financeiro internacional e as empresas transnacionais. (MST, Boletim especial, mar. n. 35, 2010).

Este é o trecho inicial do documento e destaca o campo brasileiro, questionando o modelo capitalista e patriarcal da sociedade, como ainda ressalta a concentração de

poder, e de terras. Enfim, verificamos que não há destaque para as concepções de gênero direcionadas às próprias mulheres, às suas necessidades, aos desafios enfrentados cotidianamente. Da mesma forma, a manchete não enfatiza temas direcionados às suas necessidades e desejos. As relações de gênero não são registradas como motor da organização das mulheres do MST, mas estão à margem de outros temas no campo brasileiro. O patriarcado se evidencia como um modelo geral, assim também o capitalismo.

A matéria publicada segue com os seguintes temas, nesta ordem de registro: “O Agro e o Hidronegócio são Insustentáveis”, “Superexploração do Trabalho”, “Financiamento do Estado”, “Aliança Criminosa, Contra a Criminalização da Luta”, “Estamos mobilizadas”, “Por um mundo sem violência contra as mulheres”, e finaliza com uma chamada em destaque: “Viva os 100 anos do 8 de Março: Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras”, com a assinatura da Via Campesina. Portanto, percebemos que os temas, que versam sobre a violência contra as mulheres, estão nos últimos lugares na lista de assuntos tratados nos 100 anos do 8 de Março.

Outro documento a ser destacado é o Jornal Sem Terra, n. 302, abril de 2010. Neste número, também disponível no site do MST, consta a chamada em manchete no item *Destaque* em página inicial: “Mobilização em 20 Estados marcam a luta das Mulheres”, com o subtítulo: “Mulheres Organizadas, luta fortalecida”.

A chamada para a matéria está assim registrada:

*Em março, mais de 16 mil mulheres da Via Campesina em 20 estados brasileiros se mobilizaram durante a **Jornada de Luta contra o Agronegócio e contra a Violência: por Reforma Agrária e Soberania Alimentar**. No ano em que é comemorado o centenário do 8 de março, as mulheres resgataram a data como o Dia alimentos saudáveis. (MST, Jornal, abr. n 302, 2010. Grifos do documento)*

No trecho acima, verificamos a rápida alusão ao tema da violência, mesmo assim, não se especifica se é a de gênero, o que não leva a crer, ao continuar a leitura da matéria, na qual se destacam: o modelo de desenvolvimento imposto pelas multinacionais, a agroecologia, a agricultura camponesa cooperada. Nas considerações de Marisa Santos (integrante da coordenação nacional do MST), o enfrentamento da violência contra a mulher aparece no final de sua fala, como um complemento:

*Defendemos alternativas viáveis como a agroecologia, a agricultura camponesa cooperada, a produção de visibilidade à condição na qual vivem, bem como exigir dos governos o cumprimento dos protocolos e pactos através de programas que beneficiem a agricultura camponesa, **além de***

políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. (MST, Jornal, abr, n. 302, 2010. Grifo nosso)

É importante, porém, ressaltarmos que em outros momentos existem destaques para a perspectiva de gênero, como no item *Nossas Lutas*, quando o MST indica como sendo uma das “lutas”: o “Combate à Violência Sexista” e salienta “[...] a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo.” (MST, Jornal, abr, 302, 2010). Há nesta afirmação uma característica importante referente à crença que em outro modelo de produção, o socialista, a igualdade de gênero e o fim da violência seriam consequências naturais e diretas.

É perceptível que as atividades em destaque nos documentos referem-se aos meses de março e abril e apresentam consonância com a Via Campesina¹¹. Há uma relação de proximidade com a Via Campesina, fato importante ponderando a internacionalização da luta pela terra e por direitos, e também a circulação de concepções por meio de outras interpretações e narrativas, tendo em vista especificidades culturais e de modos de vida.

No caso da relação com a Via Campesina, existe um contexto latino-americano que aproxima as identidades, pois permanecem problemas e perspectivas comuns, realidades econômicas, políticas e culturais específicas que compõem um território com fronteiras – sentido amplo: físicas, culturais, sociais, de conhecimento, etc – tênues e, em grande medida, não seguem a lógica iluminista dos estudos de gênero, originada em pressupostos culturais hegemônicos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. (PEDRO: 2005, 2006, 2008).

Dentre os estados destacados na mesma matéria, está o de Mato Grosso do Sul. Nela destaca-se a participação de 300 mulheres em uma manifestação nas ruas centrais da capital Campo Grande. Com “[...] faixas, cartazes e megafones, [...] entregaram ao Incra local uma pauta de reivindicações para melhorias na área de educação, saúde, crédito para as mulheres do estado.” (Jornal Sem Terra, n. 302, abr., 2010). Esta presença demonstra a articulação do MST de MS com a Direção Nacional e a organização do Movimento no Estado, que é caracterizado pelo enfrentamento ao

¹¹ Informações disponíveis no site [http://: viacampesina.org/sp](http://viacampesina.org/sp), apresentado em três línguas: português, espanhol e francês.

latifúndio, e às forças políticas conservadoras e antigas que se mantêm nas bases da concentração de terras principalmente.

Neste mesmo número do Jornal Sem Terra, consta no item *Entrevista* o tema: “A Tarefa da Mulher Assentada É Produzir e Lutar”. Nele estão registradas as considerações da entrevistada Irene Manfio, moradora do assentamento 16 de Março, em Pontão-RS, na antiga Fazenda Annoni, e uma das associadas da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata. Dentre as nove perguntas a ela direcionadas, apenas uma (a última) versa sobre a perspectiva de gênero: “Na sua opinião, qual é o principal papel da mulher assentada?” Observamos que a palavra mulher está grafada no singular, não abarcando a pluralidade de mulheres.

Mesmo que longa, é importante registrar a resposta obtida:

Eu diria que é produzir e lutar. Produzir, porque estando na terra conquistada, que a mulher conquistou, esta terra precisa produzir o autosustento, mas também ajudar a produzir a renda para que se possa ter uma vida digna. E para isso, a mulher tem que continuar lutando, participar das atividades de formação, porque o assentado não consegue produzir se não continuar lutando para buscar condições para isso. Desta terra, também precisa brotar uma educação diferente para os filhos, com outros valores, de igualdade, de solidariedade, de justiça. Precisa brotar o sonho de uma sociedade justa e igualitária, pois só assim poderemos dar uma vida digna para todos os filhos da classe trabalhadora e sonhar com a emancipação humana. Produzir e lutar vão fazer uma mulher com maior emancipação e consciência, com mais formação político-cultural; vai garantir uma vida que valha a pena viver. A mulher assentada precisa se dar conta de que está no meio do caminho, que ainda não acabou. A nossa luta é produzir a vida e uma sociedade socialista. (Jornal Sem Terra, n. 302, abr., 2010)

É possível dizer que o trabalho representado pela produção agropecuária, é o principal fator para a realização do sonho que passa pelo acesso à educação, pelos valores de igualdade, solidariedade e justiça, como também pela conquista de uma vida digna para todos/as, e por emancipação humana. A conquista de emancipação e consciência para esta mulher está entrelaçada à produção e à luta, com um fim máximo: a sociedade socialista. Percebemos que as relações de gênero não recebem destaque ou ênfase.

Há, então, uma riqueza de documentos, cujas análises podem abrir brechas importantes e significativas para a compreensão da posição que ocupam as categorias “mulher”, “mulheres”, “feminismo” e “gênero” nas representações presentes nos princípios orientadores das ações e teorias do MST, e a conclusão desta pesquisa proporcionará em seus desdobramentos. Tais transcrições dizem respeito aos sentidos e significados das posições das mulheres no processo de “luta pela terra e na terra”,

através de entrevistas com as militantes que, com certeza, já participaram de cursos de formação e estão constantemente em contato com os “princípios organizativos” do Movimento.

Desse modo, acreditamos que a análise dos documentos do MST¹² desvela as ambiguidades e contradições que marcam a formação do próprio Movimento no que tange ao vivido mergulhado nos sentidos/categorias: “mulher”, “mulheres”, “feminismo” e “relações de gênero”, bem como as possibilidades de ampliação e transformação de tais concepções ao nortear suas ações, pois sabemos que sofrem apropriações variadas e são influenciadas por diversos fatores: históricos, sociais, políticos, culturais, etnorraciais, de classe.

Os documentos salientam também a inter-relação do MST com a Via Campesina, uma condição que abre perspectivas para novas configurações na compreensão, apropriação e transmissão dos sentidos e dos significados dessas categorias na estruturação das representações da “mulher de luta” militantes do MST e sua intervenção nos processos produtivos, nas relações sociais, políticas, familiares e de gênero nos assentamentos rurais. Isto porque, fogem às dinâmicas dominantes das teorias feministas e das relações de poder, demonstram a força de outra história, escrita não mais por homens, mas por mulheres e por grupos sociais em condições sociais, econômicas e políticas vulneráveis.

Esta breve análise se pautou em uma perspectiva de gênero, considerando que as reflexões devem perpassar os limites dos textos e de sua própria produção. É primordial pensar, conforme Woolf e Possas (2005:587), “[...] muito além de tomar os documentos como ‘dados’.”, os mesmos merecem “[...] uma profunda problematização em torno da significação da escrita desses documentos, sua forma de produção, seus objetivos e linguagens utilizadas”.

Desse modo, as análises continuarão, com o objetivo de ampliar o olhar para a participação da mulher nos rumos da “luta pela terra” liderada pelo MST.

¹² Outros do MST são fontes importantes, tais como: a Bandeira do Movimento, o Hino, as músicas, os símbolos que fazem parte das caminhadas e de outros objetos de uso comum entre as/os militantes (camisetas, bonés, chapéus, faixas, etc.). São documentos considerados discursos com significados em si mesmos, direcionados a um determinado grupo que também amplia suas significações. No entanto, para este texto, a nossa opção foi apresentar algumas fontes escritas.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Revista Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, jul/dez. 1995. Porto Alegre: EdUFRGS.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 12, n.1. Florianópolis: UFSC, 2004. (p. 175-204).
- LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. In.: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andréa.(Org.) *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- MST. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: <www.mst.or.br>. Acesso em: maio de 2010.
- _____. Boletim Especial. *Jornadas de Lutas das Mulheres Camponesas*. mar, n. 35, 2010. Disponível em: <www.mst.or.br>. Acesso em: maio de 2010.
- _____. *Jornal Sem Terra*. Abr. n. 302, 2010. Disponível em: <www.mst.or.br>. Acesso em: maio de 2010.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, vol. 24, n. 1, 2005. (p. 77-98).
- _____. Narrativas Fundadoras do feminino: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n.52, jul/dez, 2006. (p. 249-272).
- _____. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de. (Org.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. (p. 163-188).
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para a análise*. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.
- _____. O Enigma da Igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, v.13. n.1. Florianópolis, jan./abr. 2005.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: MEDEIROS, Leonilde et.al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EdUNESP, 1994.
- WOOLF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a História no Feminismo. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 13, n.3, 2005. (p. 585-589).